



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.17>

Recebido em: **04/08/2020**

Aprovado em: **07/08/2020**

UM CICLO EQUIVOCADO POBREZA, DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO; A MISTAKE
CYCLE POVERTY, INEQUALITY AND EDUCATION; UN CYCLE D'ERREUR
PAUVRETÉ, INÉGALITÉ ET ÉDUCATION

DALMO DANTAS GOUVEIA

<https://orcid.org/0000-0002-9619-2523>

RESUMO

O sistema educacional brasileiro foi estruturado para atender as necessidades da classe dominante, mesmo porque, a princípio, a maior parte da população do Brasil não usava do conhecimento sistematizado para realizar suas funções. Entretanto, com mudanças efetivadas na base de sustentação econômica do país, o mercado profissional passou a exigir mão de obra com conhecimento escolar. Assim, as escolas passaram a se abrir para os pobres. A partir de então dois extremos foram configurados: um para preparar os filhos dos dominantes; o outro, cheio de deficiências, para formar a prole dos pobres. Diante do problema mencionado, o presente estudo analisou conceitos de pobreza, situando-lhes no contexto brasileiro, a fim de compreender como se relacionam desigualdade social e educação. Escolhendo para metodologia a bibliográfica. Após coleta de dados, constatou-se que o acesso a formação sistematizada está acontecendo, mas não se eliminou a desigualdade educacional que serve para justificar a desigualdade profissional, esta motivadora da desigualdade de renda.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Desigualdade social

ABSTRACT

The Brazilian educational system was structured to meet the demands of the ruling class, not least because the principle of most of the population of Brazil is not used for systematized knowledge to carry out its functions. However, with changes taking place in the country's sustainable economic base, the professional market started to demand labor with school knowledge. Thus, schools began to open up to the poor. From then on, two extremes were configured: One to prepare the children of the dominants; the other, full of deficiencies, to form a role for the poor. In view of the mentioned problem, the present study analyzes concepts of poverty, placing them in the Brazilian context, in order to understand how social inequality and education are related. Choosing the bibliography for methodology. After data collection, check if access to the training system is occurring, but do not eliminate an educational inequality that serves to justify a professional inequality, which motivates income inequality.

Keywords: Education. Poverty. Social inequality

RESUMÉ

Le système éducatif brésilien a été structuré pour répondre aux besoins de la classe dirigeante, notamment parce que, au début, la plupart de la population brésilienne n'utilisait pas de connaissances systématisées pour s'acquitter de ses fonctions. Cependant, avec les changements intervenus dans la base de soutien économique du pays, le marché professionnel a commencé à exiger une main-d'œuvre possédant des connaissances scolaires. Ainsi, les écoles ont commencé à s'ouvrir aux pauvres. Dès lors, deux extrêmes ont été configurés: l'un pour préparer les enfants des dominants; l'autre, plein de carences, pour former la progéniture des pauvres. Compte tenu du problème mentionné, la présente étude a analysé les concepts de pauvreté, en les replaçant dans le contexte brésilien, afin de comprendre comment l'inégalité sociale et l'éducation sont liées. Choisir la bibliographie pour la méthodologie. Après la collecte des données, il a été constaté que l'accès à une formation systématique est en cours, mais les inégalités éducatives qui servent à justifier les inégalités professionnelles, qui motivent les inégalités de revenus, n'ont pas été éliminées.

Mots-clés: Éducation. La pauvreté. Inégalité sociale.

INTRODUÇÃO

A sociedade ao longo do tempo foi organizada de forma a deixar os dominantes no centro, esquivando a maior parte da população brasileira, os mais pobres, da participação de segmentos sociais significativos para liberdade de consciência do direito da participação ativa enquanto cidadão. A constituição inclui como direito fundamental a educação. Hoje, esta é direcionada como essencial na luta contra a pobreza e a desigualdade social, mas para eficácia deve-se oferecer a democratização do ensino com qualidade.

A educação, na atualidade, é vista como uma prática que possibilita a igualdade de oportunidade, pois permite o desenvolvimento do ser humano na integralidade. Porém se notificou nas ações administrativas ligadas ao sistema educacional do Brasil a preocupação com o acesso. Quando, além de tornar possível a presença nas unidades escolares, deveria ofertar uma formação de qualidade.

Focar na solução dos problemas do sistema educacional brasileiro não cabe mais invocar a questão do espaço físico ou a presença da criança na escola como prioridades e sim acometer as taxas de repetência, reprovação, principalmente, a péssima qualidade do ensino público, o qual é frequentado pelos filhos das famílias dos menos abastados. Nesta perspectiva, os pobres que conseguem concluir a formação saem do curso com limitações no conhecimento, por isto não conseguem atender ao reivindicado pelo mercado profissional, assim constituindo o identificado como inclusão excludente.

O presente estudo analisou conceitos de pobreza, situando-lhes no contexto brasileiro, a fim de compreender como se relacionam desigualdade social e educação. Para tanto, recorreu-se a metodologia bibliográfica, realizando a leitura crítica em livros, artigos, documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura, a fim de extrair dados para responder o problema da investigação.

Constatou-se que a desigualdade educacional leva a desigualdade profissional e na mesma linha provoca a desigualdade de renda. A estrutura estabelecida pelo ciclo anteriormente mencionado permite o crescimento da pobreza que é formada por várias causas e a falta ou a oferta de uma educação de qualidade duvidosa é uma delas.

Portanto, foi notificado que o acesso à formação sistematizada é real entre os brasileiros, porém existem dois extremos: um previsto para os mais pobres que não conseguem adquirir o conhecimento necessário para participar ativamente da sua sociedade; e outro, centrado no ensino dos mais ricos, que utiliza de uma pedagogia mais eficaz. Assim, está existindo, teoricamente, a inclusão educacional, porém, na prática, apenas coloca a maioria da população brasileira na invisibilidade social. O sistema educacional deve deixar de se configurar em sonho, tem que visualizar o pobre e realizar ações pedagógicas que tornem a aprendizagem possível para os mais carentes.

NA POBREZA A DESIGUALDADE NASCE, A DIFERENÇA VEM COM O SABER

Há pouco tempo, a pobreza e a desigualdade social eram centralizadas como questões ligadas aos direitos humanos e tinham de serem enfrentadas por motivos éticos e morais. Porém, na atual conjuntura, a pobreza e a desigualdade social são questões entendidas como causas das dificuldades que os países subdesenvolvidos vivenciam, estas são consideradas principais barreiras para elevação da nação a nível maior quanto ao ranque mundial do desenvolvimento.

Na década de 1990, Sen (1999) desenvolveu ideias relacionando o conceito de pobreza ao desenvolvimento humano – oportunidades, escolha, liberdade, dignidade, autoestima e respeito ao

próximo, exclusão social. Asselin (2009) trata a pobreza como uma forma de exclusão social, a qual resultou da distribuição desigual do acesso a bens e serviços que proporcionam uma vida digna. Esta somente terá existência com o suprimento pela sociedade, família, indivíduo de necessidades básicas – renda, educação, saúde, alimentos, saneamento, emprego, habitação, lazer. Hoje, ainda se liga a pobreza com o conceito de cidadania, quando se relaciona a pobreza com a ausência de direitos, não lhe desvinculando das questões econômicas, porém ao situá-la ao campo político. (TELES, 1992)

Conforme a teoria desenvolvida por Amartya Sen (1973, 1979, 1983, 1999) a pobreza é conceituada em abordagem multidimensional, tendo dois enfoques principais: pobreza relativa e pobreza absoluta. No patamar econômico, a pobreza assume a definição voltada para privação material, cultural, social, ou mesmo de recursos. Segundo Rocha:

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequadas. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e que nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. (ROCHA, 2003; p. 9-10)

A pobreza absoluta, conforme define Hagenars & De Vos (1988), tende a ser comparada a um padrão mínimo estabelecido. Então, para ser considerado pobre é necessário possuir menos do que instituído no referido padrão. Estruturalmente está relacionado a questões de sobrevivência física.

Quanto à noção de pobreza relativa, os indivíduos são considerados pobres ao possuírem posse em quantidade menor que outras pessoas e esta carência dificulta a convivência social.

Assim, não se pode negar que a falta para os pobres não é apenas material, visto ser o homem social e racional. Codes explana:

Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais. (CODES, 2008; p. 12)

Para se classificar uma família pobre, no contexto da pobreza relativa, os membros devem apresentar privações de bens que são comuns à posse dos indivíduos integrantes da mesma sociedade. Nesta perspectiva, o padrão estabelecido para definir a pobreza visualiza o contexto social específico, ou seja, ser ou não pobre dependerá do modus socioeconômico contido na sociedade em foco.

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, às pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade.

Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida: no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que os indivíduos se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados. (CODES, 2008; p. 15)

Na contemporaneidade, os conceitos de pobreza absoluta e relativa são passíveis de críticas porque mantêm a associação do bem-estar à posse de bens e acabam por manter no ângulo do esquecimento a individualidade das pessoas, a posição socioeconômica de cada membro da sociedade, bem como não envolve no conceito a observação do nível da capacidade de permitir livremente o indivíduo em fazer escolhas. Neste contexto, Gunnar Myrdal (1968) narra que o conceito de pobreza é formulado na visão etnocentrista, isto porque coloca as necessidades básicas dos homens na ideia concebida no ocidente. Porém para abarcar as questões abstratas ligadas a pobreza, surgiu a ideia de pobreza subjetiva.

As situações de exclusões sociais, segundo Lavinias (2002) e Costa & Carneiro (2004), tipificam a noção de pobreza subjetiva, notificam no empobrecimento o ponto gerador da exclusão social, principalmente no foco das relações sociais. (LAVINAS, 2002). Ainda, segundo a autora mencionada anteriormente:

Ao contrário da pobreza absoluta, que se sustenta em critérios objetivos, tais como falta de renda, falta de moradia, falta de capital humano, falta de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando uma retração das redes de sociabilidade, como quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. A exclusão aparece menos como um estado de carência do que como um percurso, uma trajetória ao longo da qual, à insuficiência da renda e à falta de recursos diversos somam-se desvantagens acumuladas de forma quase constante, processos de dessocialização ocasionadas por rupturas, situações de desvalorização social advindas da perda de status social [...] e da redução drástica das oportunidades, e onde as chances de ressocialização tendem a ser decrescentes. (LAVINAS, 2002; p. 37)

A partir do momento que o conceito de pobreza deixou de ser centralizado na insuficiência de renda como único critério para identificar as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza (CODES, 2008) e passando a ser pontuado como um aspecto multifacetado, houve uma ruptura com o conceito, os pobres passaram a ser numerados por possuírem pouca renda, por isto não conseguem sanar necessidades sociais elementares.

No Brasil, existe uma péssima distribuição de renda, mesmo quando trabalham, as pessoas não conseguem sair da condição de pobreza, visto não receberem o suficiente para lhes levarem a adquirirem a capacidade intelectual e os bens necessários para ocuparem com liberdade os segmentos sociais que lhes são convenientes. Aqui se torna importante frisar: não é por acaso que existe a pobreza no Brasil, várias ações da política – corrupção, sistema democrático deficitário, igualdade de oportunidade fragilizada, políticas públicas ineficazes, discriminação de gênero e raça, má distribuição de renda, educação sistematizada desigual – tornam-lhe conveniente à existência.

Não se consegue mais ignorar a pobreza existente entre o povo brasileiro. Os órgãos internacionais requerem mudanças nos segmentos estruturantes da desigualdade social formada ao longo da história. Porém, ao invés de buscar soluções, identificam aquele empobrecido como único culpado da

situação vivenciada, inclusive, o identifica com termos pejorativos: vagabundo, analfabeto, desqualificado, preguiçoso. No entanto, a pobreza foi criada pela sociedade cabendo-lhe encontrar a solução para mesma, visto que o país produz renda suficiente para ajudar a população, porém um número ínfimo da população centraliza a riqueza gerada no Brasil.

Ou seja, foram criadas riqueza e renda suficientes para produzir alterações significativas nas condições de vida da grande massa da população brasileira que é carente de tudo. No entanto, a riqueza existente, a produzida e a renda criada sempre foram apropriadas concentradamente por minorias que sofrem de um estado crônico de “ganância infecciosa” (GARCIA, 2003, p. 10)

A população carente nunca foi o foco. O ideário das ações, realizadas no bojo da sociedade, é fazer com que os dominantes jamais saiam do lugar de destaque. A questão, atual, não é negar a pobreza, mas buscar alterar a realidade, enfrentando as causas geradoras com ações concretas, a fim de mudar a forma de pensar a pobreza. Esta vigora para manter o legado com o dominante.

Diminuir a desigualdade social é pertinente para se atingir liberdade e autonomia, mas não somente, torna-se necessário a aquisição de bens materiais e intelectuais. Para tanto, a educação sistematizada será fundamental, no século XXI, quanto maior for o título escolar adquirido pelo indivíduo, também tende serem maiores as oportunidades proporcionadas ao mesmo. (DELORS, 2005)

EDUCAÇÃO A ESPERANÇA PARA O FIM DA POBREZA

Observando as políticas sociais, percebe-se que a educação tem posicionamento especial. Não somente porque o desenvolvimento econômico, atualmente, exige das pessoas nível escolar elevado para lhes situar em patamares considerados no mercado de trabalho (GOUVEIA, 2011). O Brasil já registrou em documentos que a desigualdade educacional está diretamente ligada a desigualdade de renda, a oportunidade e as condições de vida.

Na teoria, divulga-se um grande respeito pela educação formal. Na prática, existem questionamentos sobre a realização das políticas educacionais, estas já deveriam ter solucionado as questões ligadas ao acesso, as quais ainda são prioritárias na atenção das autoridades, quanto a questão da qualidade, mais grave e de maior dificuldade para chegar ao fim, não tem a concessão do cuidado merecido.

Se a educação, seja ela a básica ou a superior, é considerada uma prática social que oferta a igualdade de oportunidade com a formação integral do indivíduo, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - propaga que a gestão educacional deve pontuar em suas ações muito mais do que o simples acesso, deve ofertar a formação com qualidade ampla.

“O direito à educação se exerce na medida em que as pessoas, além de terem acesso à escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo. Isso significa que a educação terá de ser de qualidade para todos e por toda a vida.” (UNESCO, 2008, p. 12)

Devido à complexidade, estabelecer um conceito para qualidade tornou-se uma ação ímpar entre os teóricos, principalmente por causa dos múltiplos significados. (NETO, 2010). Compreende-se que

qualidade é primordial, "[...] maneira de ser que afeta as coisas em si mesmas. [...] por isso, podem ser expressas em número, mas nunca reduzidas a eles." (ASSIS; CASTANHO, 2006; p.12). Demo (2002) agrega o termo qualidade a concepção de perfeição, é a proporção de intensidade de alguma coisa, prioritariamente quando a palavra é utilizada para definir atitudes humanas.

O problema da formação sistematizada brasileira não é a falta do espaço físico escolar, nem a presença das crianças nas escolas, porém as taxas de repetência, reprovação e a péssima qualidade do sistema de ensino público, situação que atinge os membros das famílias mais carentes. Segundo pesquisa feita pelo INEP, 59% das crianças, concluintes do fundamental I, estão chegando ao final do período de formação sem elaborarem o conhecimento mínimo. O SAEB e o PISA, analisando resultados das avaliações, concluíram que os péssimos resultados das crianças estão ligados a situação socioeconômica das famílias. (OLIVEIRA, 2005).

A sociedade presencia uma evolução tecnológica acelerada com a presença da globalização. O mercado de trabalho solicita de seus colaboradores formação de níveis altos. A tecnologia surgiu otimizando o trabalho e dispensando parte da mão de obra braçal. Por outro lado, passa a exigir a qualificação do trabalhador, pois o interesse seria por um contribuinte mais pensante.

A sociedade atual se caracteriza por um momento inédito, cheio de surpresas inevitáveis, como a tendência de que a grande maioria das pessoas é surpreendida e não esperava as solicitações imediatas e que tornam, cada vez mais, evidente o despreparo dos indivíduos para atuarem diante da aceleração dos acontecimentos pelos mecanismos da globalização, ou seja, estas tendências estão estritamente ligadas a questões relacionadas ao conhecimento, aos avanços tecnológicos e suas implicações. (GOUVEIA, 2011; p.14)

Assim, a educação passou a ser observada pelos setores de desenvolvimento, pois eles necessitam de trabalhadores qualificados com a educação eficaz, diminuindo a desigualdade social. Gentili narra:

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medidas e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poderes na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação. (GENTILI, 2005; p. 11)

Reivindica-se mudanças na estrutura educacional para garantir à pobreza o acesso à formação de qualidade. A existência da desigualdade educacional permite a desigualdade profissional e, conseqüentemente, a desigualdade na renda, permite a manutenção da pobreza. Como já mencionado, a pobreza é ocasionada por vários fatores e a falta ou a baixa escolaridade é um deles. Deste modo, evidencia-se que a redução da pobreza e da desigualdade social estão atreladas a democratização do ensino de qualidade. (ROCHA, 2003)

Connell (1995; p. 12) registrou que a educação não pode ser considerada uma panaceia para os pobres, mas pode contribuir para preparar o cidadão a tornar-se mais consciente da importância de

sua participação ativa no meio social, sendo agente da mudança da realidade. A escola não pode ser mais utópica, precisa enxergar a pobreza e desenvolver ações diretas para tornar a aprendizagem possível com a pedagogia contextualizada.

Segregar era um lema do sistema educacional brasileiro no século XX, existiam escolas destinadas a formar ricos e outras aos pobres. No entanto, muitas reivindicações foram feitas pelos movimentos sociais para estreitar as diferenças, as leis deixaram o acesso, da educação básica à educação superior, mais evidentes. O Art. 1º, Inc. II e III, da Constituição Brasileira, dá ênfase na cidadania e a dignidade da pessoa humana, menciona como objetivo fundamental a oferta do bem de todos, sem a acepção de origem ou qualquer forma de distinção, Art. 3º, Inc. IV. No Art. 5º, encontra-se exarado o direito a igualdade e deixa claro o direito de todos à educação, Art. 205, visando garantir: “O pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

A segregação construída ao longo da história educacional brasileira tornou-se um dos veículos que levam a exclusão social, esta é alvo de políticas elaboradas para o contorno dos problemas, porém mascaram a realidade e deixam mais difícil a sua eliminação, pois a existência da situação de pobreza torna-se comum e as pessoas ficam indiferentes a qualquer tipo de vida sub-humana.

Tabela 1

Estudantes no Ensino Fundamental, Médio e Superior distribuídos segundo o quinto de rendimento familiar per capita – Brasil 2013.

BRASIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
1º QUINTO	47,9	28,2	10,09
5º QUINTO	43,5	60,4	81,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nos últimos anos, as políticas educacionais têm conseguido resultados significativos como a redução do analfabetismo, da evasão e da repetência escolares. Entretanto, ao analisar a tabela Nº 01, observa-se a diferença entre a formação dos mais pobres e dos mais ricos. Os mais ricos conseguem presença em todos os níveis da escolaridade com excelência, enquanto os mais pobres chegam ao ensino fundamental com quase 100% de seus integrantes, mas a representatividade no ensino superior é muito baixa, 10,9%. Os dados expressam a diferença contida na comparação da educação, demonstram que os pobres estão chegando à escola, porém apenas uma pequena parcela chega ao final da formação, ensino superior, enquanto os mais abastados, 81,8%, galgam o sucesso com o fim do nível mais elevado dos estudos.

Mesmo os pobres que conseguem estudar não possuem a garantia do sucesso. Muitas vezes, terão o desempenho prejudicado pela desigualdade social, ou seja, chegaram ao término do curso com carências na formação e não corresponderão às exigências do mercado de trabalho. Notoriamente, a educação ofertada aos pobres possui qualidade questionável, é identificada como inclusão excludente. No tocante a educação, Kuenzer define como inclusão excludente o que:

“[...] trata das novas estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de

qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente.” (KUENZER, 2005; p. 14)

Para adquirir respeito internacional, são exigidos dos países a elevação do nível educacional de sua população. Os gestores públicos estão obrigados a abrirem o acesso ao sistema educacional a todos, independente do nível econômico. Apesar do acesso à escola ser real, ainda se nota uma forte desigualdade na preparação dos indivíduos. Os filhos dos ricos são orientados por meio de uma pedagogia lapidada, enquanto os filhos dos pobres, que conseguem transitar pela formação sistematizada, na grande maioria, não constroem o conhecimento necessário para justificar a titulação adquirida. As pessoas são incluídas na teoria, mas, na prática, entram na invisibilidade social, por isto, como forma de controle da população, a escola é ofertada com funções reduzidas. No entanto, os profissionais da educação devem perceber os veículos promotores da formação sistematizada conforme descrito por Gouveia:

A escola, hoje, tornou-se um veículo fundamental para assimilação dos grupos sociais anteriormente excluídos, julgados inferiores. A unidade escolar tem a obrigatoriedade em preparar os indivíduos para lidarem com as diferenças, a aceitarem o caráter plural do outro, eliminando, nessa perspectiva, a ideia hegemônica de uma única cultura. (GOUVEIA, 2019; p. 20)

Um novo olhar deve ser despertado pelos profissionais da educação ao centralizar o contexto social, a fim de exterminar o sentimento hostil referente a cultura, raça, economia. O professor deve estar disposto a viver uma sociedade mais justa, igualitária, deve conhecer a forma de viver o mundo dos indivíduos que compõem o ciclo em volta da escola, assim mantendo as características peculiares da sociedade.

A cultura do dominante não deve estar no centro da formação escolar. Agora, as diferenças existentes entre o povo brasileiro terão que ser consideradas no meio educacional, pois o pensar do dominante transitará no mesmo patamar do antes excluído. (GOUVEIA, 2019; p. 23)

Não resta dúvida, aquele indivíduo que ficar fora do contexto escolar, também se manterá distante de vários outros segmentos sociais. As leis não estabelecem diferença entre a educação destinada aos ricos e a ofertada aos mais carentes. A formação de qualidade tornou-se um produto de dominação, o povo, na maioria das vezes, permite ser submisso pela falta de conhecimento sistematizado, por isto é significativo, para os dominantes, limitarem o saber adquirido pelos pobres.

O sistema educacional brasileiro foi estruturado para atender necessidades mercadológicas, com o intuito de prover mão de obra técnica e profissional, porém a diferença ficaria demarcada pelo mérito individual, onde o sucesso escolar seria limitado pelo nível de conhecimento elaborado ao longo da formação. Para tanto, apesar das escolas serem espelhadas naquelas estabelecidas para elite do Brasil, as pessoas tiveram acesso ao saber escolar sem qualquer diferença, objetivando a promoção da justiça social.

A partir de então, os seres passaram a ser ordenados pelos seus próprios méritos. Dubet define o mérito como sendo “o cotidiano intelectual mais o esforço” (DUBET, 2011; p. 46). É evidenciado, neste contexto, a igualdade das oportunidades sem levar em conta as diferenças individuais – situação econômica, cultural, familiar.

Esse tipo de igualdade está no centro da justiça escolar nas sociedades democráticas, isto é, nas sociedades que consideram que todos os indivíduos são livres e iguais em princípio, mas que também admitem que esses indivíduos sejam distribuídos em posições sociais desiguais. (DUBET, 2011; p. 11)

Através da escola torna-se visível a possibilidade da realização da justiça social, pois o acesso às instituições de ensino abre para todos a oportunidade de elaborar saberes significativos e indispensáveis para aquisição do labor ou mesmo para exercer a cidadania ativa. Apesar de um grande número de pessoas consideradas pobres, hoje, conseguem sentar nas cadeiras escolares, com participação nas aulas, nem todas obtêm o sucesso, visto que o caminho condutor ao conhecimento é limitado.

Existe a vinculação entre o processo educativo e as necessidades do ser humano ou mesmo no preenchimento de vacâncias na sociedade. Entretanto, ao longo do tempo, a pedagogia substituiu a busca de formar um indivíduo com moral para implantar a disciplina, tornou-se imprescindível domar o caráter das pessoas através da educação, a fim de proporcionar ao mercado de trabalho mão de obra produtiva. Portanto, não se pode negar que as condições sociais interferem na aprendizagem escolar. Nas seleções são escolhidos aqueles que poderão contribuir com maior competência, estes, na maior proporção, não serão os pobres por não terem elencado o conhecimento lapidado. O quadro descrito faz transparecer que a desigualdade existente é justa, pois o fracasso ou sucesso é centrado no pessoal e nunca no sistema.

CONCLUSÃO

O sistema educacional surgiu para preencher necessidades dos indivíduos ou mesmo da própria sociedade como um todo. Enquanto a pobreza passa a existir no entrelace da sociedade, que desperta, na menor fração do grupo, o desejo de evidenciar as diferenças contidas entre ela e o outro, demarcando a desigualdade. Com este fim, a educação é usada para deixar aparente a superioridade do dominante.

Teoricamente, a pobreza foi definida como absoluta e relativa, mas a partir da década de noventa aparece uma nova forma de conceituá-la, aquela relacionada ao desenvolvimento humano, a subjetiva. O conceito de pobreza absoluta está ligado a um marco mínimo estabelecido e tem ligação à sobrevivência física, o pobre tem que possuir menos que o patamar estabelecido.

A noção de pobre, no conceito relativo, foca a comparação entre a quantidade de bens que cada indivíduo possui e o quanto a ausência do bem dificulta a convivência social, para ser pobre, neste conceito, as pessoas têm que apresentar a falta de posse comum aos outros da sociedade.

Questiona-se a forma de conceituar a pobreza nos pontos apresentados pelos modus absoluto e relativo porque associam o bem-estar à posse de bens, não considerando a individualidade dos seres, a posição socioeconômica das pessoas observadas, concebendo um padrão etnocentrista.

Por isto suje o estilo de ver a pobreza no olhar multifacetado, no qual, além da renda, envolve as questões abstratas, como a liberdade de se escolher participar ou não de um segmento social, vertente que é nomeada pobreza subjetiva.

Grande número de brasileiros não conseguem renda suficiente para saírem da condição de pobre, visto que não recebem o necessário para aquisição de bens material e intelectual para escolherem o segmento social que farão parte. A péssima distribuição de renda no Brasil da origem a desigualdade, hoje, criticada pelas instituições internacionais, no entanto, ações são efetivadas para deixá-la justa, mantendo o dominante em lugar de destaque.

Para atrair capital estrangeiro, os países estão abrindo o sistema educacional para o acesso de todos, porém a desigualdade educacional ainda está presente. Esta é utilizada para manter a desigualdade profissional que resulta na desigualdade de renda, não permite, a propósito dos interesses dos dominantes, a eliminação da pobreza, pois a baixa escolaridade é uma de suas causas.

No Brasil encontra-se o acesso escolar, todavia, para manter o controle da massa, a educação ofertada aos pobres tem diferença daquela oferta aos ricos, a dos primeiros é de qualidade questionável e não consegue preparar os frequentadores para o exercício da cidadania, tipifica a inclusão excludente que busca manter o dominante no nível privilegiado.

Portanto, a solução para desigualdade social não é negar a pobreza e sim buscar mudanças com ações reais, principalmente, ofertar possibilidades de acesso à educação de qualidade aos menos favorecidos. Pois somente com boa formação ter-se-á os requisitos para concorrer a vagas de trabalhos com rendas equilibradas. Assim, ficou notório que a redução da pobreza e da desigualdade social estão ligadas a promoção de um sistema educacional com qualidade.

Referência Bibliográfica

ASSELIN, Louis Maria. *Analysis of Multidimensional Poverty: Theory and Case Studies*. Springer: Pesquisada em <https://books.google.com.br/books?id=MIXW3kXck1oC&printsec=frontcover&dq=asselin+2019+BR&sa=X&ved=0ahUKEwiSsbrAkrjoAhWIG7kGHQd2BVcQ6AEIKzAA#v=onepage&q=asselin%202009&f=false>, acessado em 09-01-2020.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; CAST

ANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes. Educação, Inovação e o professor universitário. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 2, n. 3, dez. (2006). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/viewFile/3157/2088> Acesso em: 28 de jul. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

CODES, Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão. Discussão n. 1332, IPEA, 2008.

CONNELL, Raewyn. Pobreza e Educação. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a* Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

DELORS, Jacques. *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. São Paulo: Artme, 2005.

DUBET, François. *Repensar la justicia social: contra el mito de la igualdad de oportunidades*. Buenos Aires: i

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionar discussão). Brasília, agosto de 2003.

GOUVEIA, Dalmo Dantas. O Multiculturalismo na Formação do Povo Brasileiro. In: Serrão, Jacinto. et al *Humanos e Cidadania Global: I Congresso Internacional de 2019*. Lisboa-PT: Edições Universitárias Lusofô em:

<http://www.ceied.ulusofona.pt/pt/download/ebook-i-congresso-internacional-2019-humanismo-direitos-human> acessado em 05-02-2020.

_____. *A Educação Básica em Inhambupe-Ba: Um Estudo Avaliativo Sobre as Políticas (2001 – 2005)*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Departamento de Educação da Uni Humanidades e Tecnologias: Lisboa - PT. 2011.

HAGENAARS, Aldi; DE VOS, Klaas. The Definition and Measurement of Poverty. *The Journal of Human* 1988.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural entre educação e trabalho. In: SAVIANE, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei. *educação*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, (2005).

LAVINAS, Lena. Pobreza e Exclusão: Traduções Regionais de Duas Categorias da Prática. *Econômica* v. 4n.

NETO, João Luiz Horta. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tem: *Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr - 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Crise da Escola e Política educativas*. Belo Horizonte-MG: Autêntica Auditora; 2

ROCHA, Sonia Maria Rodrigues da. *Pobreza no Brasil – Afinal, do que se Trata?* Rio de Janeiro-RJ: Editora F

- SEN, Amartya Kumar. Issues in the Measurement of Poverty. *Scandinavian Journal of Economics* vol. 81, n. 2
- SEN, Amartya Kumar. Poor, Relatively Speaking. *Oxford Economic Papers* vol. 35 n. 2. 1983.
- SEN, Amartya Kumar. Desigualdade Reexaminada. São Paulo, ed. Record. 1992.
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como Liberdade. Série Prêmio Nobel, ed. Companhia das Letras. 1992.
- SEN, Amartya Kumar. Sobre conceptos y medidas de pobreza. *México, Comercio Exterior*, v. 42, n. 4, p. 310
- TELES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Cadernos CHR*, n. 19. julho-dezembro. 1992.
- UNESCO. Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. 2 ed. Brasília: MEC. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150585>. Acesso em: 10 ago. de 2019.

*DALMO DANTAS GOUVEIA, Licenciado em História – UNEB. Licenciado em Pedagogia – Faculdade D. Pedro II. Psicopedagogo pela Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro-RJ. Especialista em História Afro-brasileira pela FBB – BA. Pós-graduado em Didática do Ensino Superior – Estácio de Sá – RJ. Especialista em Políticas Públicas Educacionais – FACIBA – BA. Mestre em Ciências da Educação – Lusófona – Portugal. Doutorando em Educação – Lusófona – Portugal. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia – Brasil, Coordenador de Cursos de Pós-graduação da FBB, Coordenador do FORDEC ministrada pela FACIBA. E-mail: dalmogouveia@gmail.com.